
Entre Lisboa e Santarém

A Anomalia Climática Medieval e a sua relação com o povoamento e a organização do espaço em Portugal

Mário Viana

Centro de Estudos Humanísticos da UAc

Introdução

As interpretações de natureza política da expressão «entre Lisboa e Santarém», entendida no sentido do domínio e da hierarquia entre centros urbanos, bem como as de natureza geográfica e ambiental, contribuem solidariamente para a nossa compreensão da organização deste espaço ao longo do tempo. Tanto o termo medieval de Santarém quanto o Ribatejo de hoje correspondem em grande parte à mesma base regional compósita, com centro num núcleo urbano cuja vocação original de domínio sobre o eixo funcional sempre foi contrariada por Lisboa. No essencial, o protagonismo terrestre e marítimo desta cidade formou-se durante o longo período em que a Reconquista e as alterações climáticas que configuram a Anomalia Climática Medieval (ACM) decorreram em paralelo, aspeto a que é dado destaque neste texto.

1. A ACM e a sua relação com o povoamento e a organização do espaço ao nível ibérico

A denominada Anomalia Climática Medieval abrange um arco cronológico entre os séculos X e XIII (AD 950-1350) e apresenta condições mais quentes e secas do que os períodos que a delimitam antes, a fria “Idade das Trevas” (AD 450-950), e depois, a Pequena Idade do Gelo (AD 1350-1850)¹. Pensa-se que deriva do efeito combinado

¹ Existindo alguma flutuação na delimitação dos períodos climáticos referidos optámos pela periodização apresentada por BLANCO-GONZÁLEZ (A.), *et al.*, 2015.

de aumento da atividade solar, diminuição da atividade vulcânica e acentuadas alterações da pressão atmosférica ao nível do mar entre a Islândia e os Açores, fenómeno conhecido como Oscilação do Atlântico Norte².

Em termos de povoamento e organização do espaço, as consequências de um clima mais quente e seco diferem entre a Europa do Norte e a Europa do Sul tal como diferem, num espaço como a Península Ibérica, entre o litoral e o interior e entre o Norte e o Sul. Assim, na região do Sistema Central (serras da Estrela, Gredos e Guadarrama), a economia agropastoril expandiu-se no século X, criando condições para a intensificação do povoamento, incluindo o de altitude, nos séculos XII-XIII. Na encosta ocidental da serra da Estrela, por exemplo, a estrutura base do povoamento medieval deve datar no essencial do período anterior a 1258³.

Comparativamente, no período indicado, o Baixo Alentejo conheceu, em meados do século X, uma reorganização do povoamento em aldeias localizadas em sítios elevados, seguido, a partir do Ano Mil, da tendência para concentrar o povoamento em povoados principais, e a partir de meados do século XII, do abandono do povoamento em altura. A situação regional pode definir-se como de despovoamento rural de meados do século XII a meados do século XIV, no quadro de um clima predominantemente árido⁴.

Denominadores comuns às diferentes regiões peninsulares terão sido as temperaturas mais elevadas e a redução da pluviosidade, com correspondência no abaixamento do nível dos lagos no noroeste peninsular⁵ e também na Andaluzia (caso de Laguna de Zóñar, na província de Córdoba)⁶. Ou as alterações de flora, com a proliferação de plantas

² MIGNANO (C.), s. d.

³ PINA (I.), 1998, p. 16, numa monografia sobre a região, afirma que “Não parece ter havido alterações significativas no que diz respeito às grandes linhas de distribuição do povoamento, do século XIII ao século XV”.

⁴ DRAKE (B.), *et al.*, 2012.

⁵ MORENO (A.), *et al.*, 2012.

⁶ VALERO-GARCÉS (B.), *et al.*, 2006.

heliófitas e xerófitas⁷, e de fauna, como é o caso, no território português, da rarefação do castor (*Castor fiber*) a partir do século XIII⁸.

Em termos tecnológicos, as consequências do clima mais quente e seco serão particularmente significativas no sul peninsular, obrigando a ver sob uma nova perspectiva a chamada «revolução agrícola andaluza» do século XI⁹. A recuperação da tradição agronómica romana, os progressos no conhecimento dos solos e das técnicas aratórias, o investimento na irrigação, os progressos na fertilização e na rotação de culturas, surgem deste modo na sua verdadeira faceta de gigantesco esforço coletivo de luta do islão peninsular contra a aridez.

2. O povoamento e a organização do espaço entre Lisboa e Santarém

A acentuação da componente mediterrânica do clima ibérico trouxe também significativas consequências para o povoamento e a organização do espaço na fachada ocidental da Península, em particular na região entre Lisboa e Santarém. Estes dois núcleos urbanos ocupam posições distintas no estuário do rio Tejo, a primeira mais avançada e a segunda mais recuada. Ora, perdendo o Tejo altura e força perde também navegabilidade, saindo prejudicada a posição mais recuada. Entre os séculos X e XII o processo de redução da navegabilidade do Tejo entre Lisboa e Santarém, para navios de maior calado, pode ter sido rápido se tomarmos por indicador as expedições navais contra esta última cidade. De facto, enquanto em 938 há notícia de uma expedição marítima do califa Abd al-Rahman III contra a cidade revoltosa de Santarém, e em 972 esta é atacada por uma frota viking¹⁰, já em 1184 as tropas almóadas que lhe puseram cerco se deslocaram por terra não tendo a

⁷ MORENO (A.), *et al.*, 2012.

⁸ ANTUNES (M.), 1989.

⁹ BOLENS (L.), 1978. A autora salienta a preocupação dos agrónomos andaluzes com a *secura* (por exemplo, “Ce besoin de *fermer* le sol aux atteintes de l’aridité est une constante, répétée incessamment.” – p. 126), mas não no contexto de uma mudança climática global.

¹⁰ PICARD (C.), 1997, pp. 53, 79, 80.

frota passado de Lisboa¹¹. Mesmo que relativizemos o indicador das expedições navais, há outros indicadores das transformações ocorridas no Tejo dentro da cronologia da ACM. É o caso, a norte de Santarém, na área vitícola de Alvisquer, da conquista ao rio de uma faixa de terreno com cerca de 5 km de comprimento e 1 km de largura máxima¹², e, a sul, do estabelecimento de pontos de povoamento na planície aluvial. Aos indicadores anteriores podem-se acrescentar ainda outros, como a redução da frequência das cheias na bacia hidrográfica e das descargas no prodelta¹³.

Se é certo que a relação de forças entre Lisboa e Santarém no que toca ao domínio sobre o eixo funcional da região, o rio Tejo, nunca foi estável, e se, durante os séculos IX-X, essa relação de forças foi favorável a Santarém, não é menos certo que nos séculos seguintes a relação não parou de se alterar a favor de Lisboa, ultrapassando todas as expectativas, ao ponto de influenciar a estrutura do povoamento, quer ao nível inter-regional, quer ao nível nacional. Refiro-me, obviamente, à sua capacidade de pólo migracional, mas também à sua influência sobre a compartimentação espacial do vale do Tejo e sobre a coronímia que lhe anda associada.

Quanto à influência de Lisboa sobre a compartimentação espacial do vale do Tejo, a unidade natural formada pelo estuário e pelo vale aluvial é representada por expressões como «baixo Tejo», que identifica o troço fluvial até onde chega a maré, por alturas do Sabugueiro, junto de Muge, e como «médio Tejo», que identifica o troço fluvial delimitado entre o Sabugueiro e Abrantes¹⁴. A primeira expressão, coincidente com o espaço por onde partem os termos de Santarém e de Lisboa, constitui um espaço decisivo de comunicações, quer em termos de navegação, integrando o complexo flúvio-marítimo do estuário do Tejo, quer em termos de deslocação terrestre em direção ao sul.

11 DOZY (R.), 1895.

12 VIANA (M.), 2007, p. 198.

13 MORENO (A.), *et al.*, 2012.

14 GASPAR (J.), 1970, p. 158, nota 9.

Quanto à influência de Lisboa sobre a coróníma associada ao vale do Tejo, enquanto Santarém produziu o corónimo Alentejo, representativo do seu controlo das comunicações terrestres para sul, Lisboa produziu os corónimos Outra Banda, Borda d'Água e Ribatejo. Note-se que este último corónimo, identificativo da região de que Santarém é cabeça, deriva em primeira mão de *ripa Tagi*, forma latina comum em muitos documentos ducentistas, designativa de um sentido de deslocação em relação ao eixo fluvial, e que só a partir do século XVIII começou a ser utilizada no sentido atual.

Deste modo, creio ser adequado concluir que Lisboa se transformou, no decurso da ACM, não numa consequência da chamada «atlantidade» do povoamento, mas na principal produtora dessa atlantidade.

Devido às relações de contiguidade espacial entre jurisdições municipais, à posição nas comunicações entre o litoral e o interior e entre o norte e o sul, e à influência exercida por Lisboa e por Santarém, a parte mais meridional da base regional compósita que é o atual Ribatejo destaca-se.

3. O povoamento na planície aluvial do Tejo do século XII à fase final da ACM

Nos séculos XII-XIII, as principais áreas aluviais que compunham a parte mais meridional do Ribatejo designavam-se, na margem direita, por Valada, entre o Rio Maior e o Rio de Alenquer, e, na margem esquerda, por Caçarabotão, entre Muge e Sorraia. Desde o fim daquele século que existem notícias sobre esforços de grande dimensão direcionados para a fixação de núcleos populacionais, como são os casos da Azambuja (1200) e de Benavente (1200).

Na margem direita, o estabelecimento da Azambuja, revela, através do seu foral (1200)¹⁵, a existência de obras de hidráulica agrícola quer no Rio de Alenquer, designado por aberta (*flumen qui uocatur*

¹⁵ AZEVEDO (R.), *et al.*, 1979, n.º 123.

Aberta de Alanquer), quer junto ao Tejo, com a menção a um valado construído por colonos francos (*uallato quod Francigine fecerunt*), que corresponde à mais antiga menção ao dique de Valada.

Na margem esquerda, o estabelecimento de Benavente, cujo foral¹⁶ é contemporâneo do da Azambuja, ocorre no contexto da formação da várzea sorraiana, sucedendo, como escreveu Rui de Azevedo, a um “vasto pântano ou paul, de que os pegos ainda hoje nela existentes são resto e vestígio”¹⁷.

No final do século XIII e início do século XIV, ou melhor, na fase final da ACM, ocorre o povoamento de dois outros importantes pontos da margem esquerda, Salvaterra (1295) e Muge (1304).

3.1. Salvaterra

Salvaterra desempenhou papel de relevo nas comunicações terrestres desde a época romana. Recebia o tráfego de *Ierabriga* para Coruche e, sobretudo, aquele que vindo de *Scallabis* bifurcava em Almeirim, não na direção de *Emerita Augusta*, passando por Alpiarça e Ponte de Sôr, mas na direção de *Ebora*, passando por Coruche¹⁸. No período medieval o castelo de Santarém continuou a controlar decisivamente estas comunicações, como se demonstra, ao nível da rede de fortalezas, por todas aquelas que possuíam uma Porta de Santarém, como é o caso de Arraiolos, Ourém, Estremoz e Montemor-o-Novo.

O termo, ou circunscrição municipal, de Salvaterra foi recortado nos termos de Santarém e de Benavente, e o seu foral, de 1295¹⁹, já permite documentar a forma «Salvaterra de Magos», *ipsis verbis* ou ao citar os povoadores da “pobraçam de Salvaterra desse lugar de Magos”. Nesta forma toponímica, o elemento Salvaterra é representativo da tradição de especial proteção concedida pelo senhor da terra aos ha-

¹⁶ HERCULANO (A.), 1856-1868, vol. 1, pp. 512-514.

¹⁷ AZEVEDO (R.), 1926, p. 163.

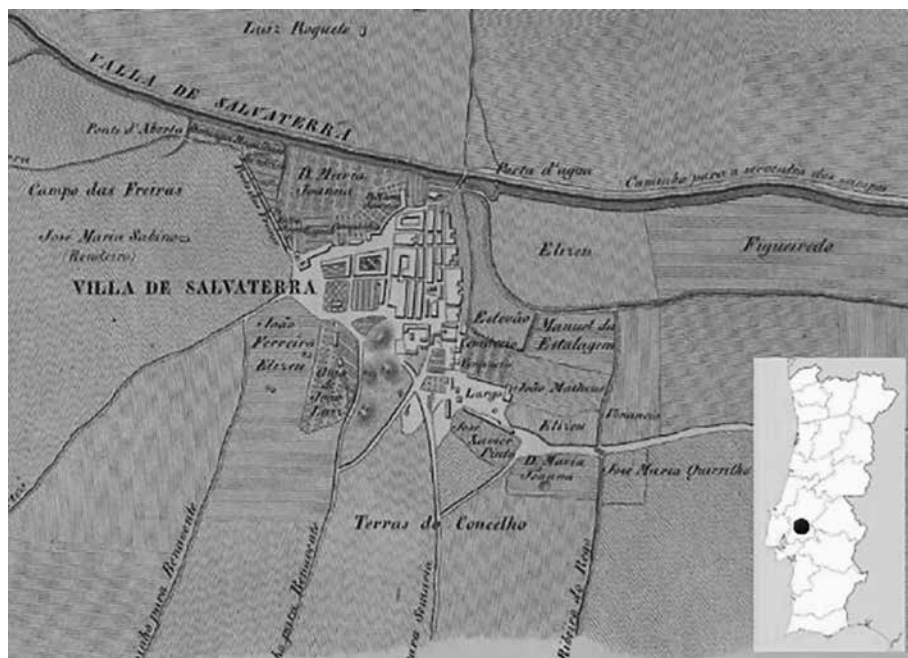
¹⁸ MANTAS (V.), 1996.

¹⁹ ANTT, *Chr. D. Dinis*, liv. 2, fl. 104 e v. Veja-se uma edição em *Foral de Salvaterra de Magos*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, 1992.

bitantes de um lugar²⁰, o lugar de Magos, nome antigo, possivelmente de origem celta²¹.

Figura 1

Salvaterra numa planta oitocentista publicada por GUERRA (M.), 1861



A maior parte do campo de Caçarabotão ficou pertencendo ao termo de Salvaterra, exceto uma parcela integrada no termo de Benavente. Outra parcela, correspondente à parte do paul de Magos detida pelo concelho de Santarém, foi por este doada ao rei em 1294²², supostamente de «boa e livre vontade», e logo no ano seguinte agregada ao termo de Salvaterra.

²⁰ HIGOUNET (C.), 1992, p. 113.

²¹ PIGGOTT (S.), 1981, p. 214, indica os topónimos terminados em -magos como sendo de origem celta.

²² AZEVEDO (P.), 1897, nº 7.

Na realidade existem indicações de que a transferência da propriedade do paul de Magos para a coroa não se fez de forma totalmente pacífica. Mesmo que da parte do concelho de Santarém se tenha feito dessa forma, este não era o único detentor porque conhecemos alguns proprietários particulares. Um deles era o cavaleiro Silvestre Peres, do Ferragial, importante terratenente e vizinho daquele concelho. Em 1294 andava em contenda judicial com o rei por razão de uma parte do paul de Magos que jazia sobre o Porto de Alcaçar, confrontando com herdade de outro cavaleiro e vizinho de Santarém, João Viegas, herdade essa chamada a Corte. Acaba contudo por desistir da contenda e por renunciar o seu direito a favor do rei²³.

Ainda em 1294, surpreendemos de novo o rei D. Dinis em contenda judicial com um grupo de mais de uma dezena de detentores de propriedades nas adémias que entestam no paul de Magos, sobre o qual pretendiam, por isso, ter direito. A questão resolveu-se ficando a parte do paul «desde a aberta velha que se começa cabo da adémia dos ditos herdadadores contra Santarém e como se vai ao Porto de Alcaçar», no sentido de Coruche, na posse do rei, e, desde a dita aberta velha para jusante, no sentido do Tejo, na posse dos ditos proprietários. O rei comprometeu-se ainda, como consta das respetivas avenças, a assumir as despesas com a mencionada aberta velha, se a quisesse abrir, e a fazer uma outra aberta, do lado das adémias²⁴. O paul de Magos estendia-se, portanto, desde junto do Tejo seguindo o curso da ribeira de Magos durante cerca de 12 km em direcção ao termo de Coruche. A aberta velha corresponde decerto, em termos posicionais, à atual Vala Real, mas é mais difícil localizar o Porto de Alcaçar. Ficando a norte de Salvaterra e da aberta velha, na direcção de Santarém, colocam-se duas hipóteses. Ou corresponde, em termos posicionais, ao Porto de Escaroupim, ou, como é mais provável, a outro porto, nas imediações deste, mas que

²³ ANTT, *Gavetas*, 12-9-17 (Silvestre Peres declara ter achado que “nom auya y deryto e se y algum deryto auya na dita Paul ou na Corte sobredita que se partya ende a el rey e que renunçaua todo deryto que y auya e que o daua a el rey”).

²⁴ MARREIROS (R.), 2012, ns. 327, 328 e 329.

desapareceu da margem esquerda na sequência da formação moderna dos mouchões da Saudade e das Casas Altas, e deve estar representado, na margem direita, pelo topónimo Porto do Salazar.

A natureza alagadiça e de sapal da área de Caçarabotão / Salvaterra de Magos é transmitida, na documentação ducentista, por várias formas compostas do elemento esteiro, indicativo dos braços fluviais que entram pela terra dentro. Ao longo do século XIII são cinco ou seis (dado poder existir sobreposição de algumas das referências) os esteiros referenciados: esteiro de *Almiram*, esteiro da Caneira, esteiro da Silveira, esteiro da lezíria do rei, esteiro de Más Linhas e esteiro do Romão. Em Muge e em Valada também ocorrem referências a esteiros mas de forma residual e, no caso de Valada, mais tardia.

Figura 2

*Toponímia da área de Caçarabotão / Salvaterra de Magos
relacionada com a dinâmica aluvial (1240-1304)*

primeira menção	referência	fonte
1240	Esteiro de Almiram	ANTT, SCS, mç. 3, nº 82.
1240	Esteiro da Caneira	ANTT, SCS, mç. 3, nº 82.
1266	Lezíria da Silveira	ANTT, ALC, 1ª inc., mç. 11, nº 19[B].
1271	Adémia (herdade da adémia)	ANTT, ALC, 1ª inc., mç. 12, nº 38.
1271	Lezíria de Escacha (herdade que chamam Lezíria de Escacha)	ANTT, ALC, 1ª inc., mç. 12, nº 38.
1271	Lezíria da Corte do Cepo (herdade que chamam Lezíria da Corte do Cepo)	ANTT, ALC, 1ª inc., mç. 12, nº 38.
1275	Esteiro da Silveira	ANTT, ALC, 1ª inc., mç. 15, nº 1.
1275	Esteiro da Lezíria do Rei	ANTT, SCS, mç. 1, nº 13.
1276	Esteiro de Más Linhas	ANTT, SCS, mç. 2, nº 63.
1283	Esteiro do Romão	ANTT, ALC, 1ª inc., mç. 17, nº 39.
1288	Aberta de Caçarabotão	ANTT, SCS, mç. 3, nº 113.
1290	Adémia (herdamento com seu paul na adémia)	ANTT, SCS, mç. 2, nº 71.
1294	Aberta Velha	MARREIROS (R.), 2012, nº 328.
1303	Aberta de Magos	ANTT, ALC, 1ª inc., mç. 23, nº 31.
1303	Lezíria Pequena	ANTT, ALC, 1ª inc., mç. 23, nº 31.
1303	Lezíria do Rei que chamam Lezíria do Romão	ANTT, ALC, 1ª inc., mç. 23, nº 31.
1304	Lezíria dos Porcos	ANTT, Chr. D. Dinis, liv. 3, fl. 27v.
1345	Abertas da Corte	ANTT, SAL, mç. 3, nº 138.

A coincidência entre determinados esteiros indicados e determinadas lezírias é indicativa de que o processo natural de constituição destas era recente e se encontrava em curso. Estão nesta situação o Esteiro da Silveira e a Lezíria da Silveira e o Esteiro do Romão e a Lezíria do Romão. Provavelmente a Lezíria Pequena pode acrescentar-se a este grupo de constituição mais recente.

Outro topónimo cuja análise se revela interessante é o topónimo Aberta, indicativo de ação antrópica de drenagem e de que esta não se encontrava ainda muito desenvolvida na área de Caçarabotão / Salvaterra de Magos. Assim o sugere o predomínio das menções a esteiros sobre as menções a abertas, o facto de estas serem mais tardias do que aquelas, a probabilidade de as três referências ducentistas dizerem respeito à mesma realidade espacial, e de só se encontrar a forma plural (abertas) já a findar a primeira metade do século XIV.

De entre o referido conjunto de menções a abertas destaca-se a da aberta velha, cujas despesas de desobstrução o rei D. Dinis se comprometera em 1294 a suportar, se decidisse realizar a obra. Num estudo publicado no final do século passado sobre o povoamento medieval no sul de Portugal esta menção a uma aberta velha em Caçarabotão, bem como outras menções a adémias, foram interpretadas como sinais da presença de regadio na época islâmica²⁵. Mas a simples existência de toponímia (Caçarabotão < *qasr*) ou de terminologia árabe (adémia < *damna*) não autoriza tal interpretação. As adémias correspondem a terrenos de cota mais elevada, onde não chegam as cheias e se podem construir habitações e as abertas correspondem a canais de drenagem. Por outro lado, topónimos e termos representativos de tipos de propriedade desta área, como Corte e herdamento, apontam mais para a grande propriedade do que para a pequena propriedade consistente com o regadio. Aliás, já em 1241 se encontra na área uma grande propriedade, designada por granja e pertencente à ordem de Avis²⁶. Esta ter-se-á pois desenvolvido

25 BOISSELLIER (S.), 1999, pp. 513, nota 51, 514, nota 59, e ainda pp. 70-71, nota 223.

26 ANTT, OAV, mç. 2, n.º 116.

na época cristã e na medida em que as condições geomorfológicas e a atividade antrópica o foram permitindo.

3.2. Muge

Precisamente na mencionada área do Porto do Sabugueiro, junto de Muge, os arqueólogos têm encontrado objetos de origem egípcia²⁷, outros materiais e estruturas que apontam para ocupação romana no contexto de uma *villa* ou de um *vicus* portuário²⁸ e restos ósseos de mangusto egípcio (*Herpestes ichneumon*), um pequeno carnívoro introduzido na Península Ibérica pelos árabes, provavelmente no período do emirado omíada de Córdoba (756-929)²⁹.

Pela mesma altura da fundação de Salvaterra (1295), andava o mosteiro de Alcobaça a tentar instalar em Muge uma póvoa com o respetivo couto, tendo por base uma quinta que fora de um antigo reitor das igrejas de São João de Alfange e de São Pedro de Arrifana, à qual conseguira adicionar outras parcelas. Em 1296 chegou a ser fundada a igreja paroquial em torno da qual se desenvolveria a nova comunidade. Conhecemos em detalhe o processo, conduzido por Afonso Pais, reitor da igreja de São Paulo de Salvaterra de Magos, o qual declara fundar, edificar, fazer e construir a igreja de Santa Maria de Muge para benefício das almas dos colonos e habitantes, e desse lugar, colocando a primeira pedra, fazendo nela o sinal da cruz e benzendo-a. Ficava dotada com as dízimas das possessões e herdamentos do mosteiro de Alcobaça em Muge e com os bens e herdades que Fernando Soveral, cavaleiro, tinha no dito lugar, e ainda pelas dízimas das explorações agrícolas que não pertencessem aos limites das igrejas vizinhas. Porém o empreendimento foi travado e só continuou após um escambo em 1301 com o rei. Segundo este documento, D. Dinis deixava aos cistercienses uma parte do seu reguengo de Valada, contra o Alqueidão de Lisboa, equivalente a 100 astis³⁰, que

²⁷ PIMENTA (J.), e MENDES (H.), 2008.

²⁸ PIMENTA (J.), *et al.*, 2014.

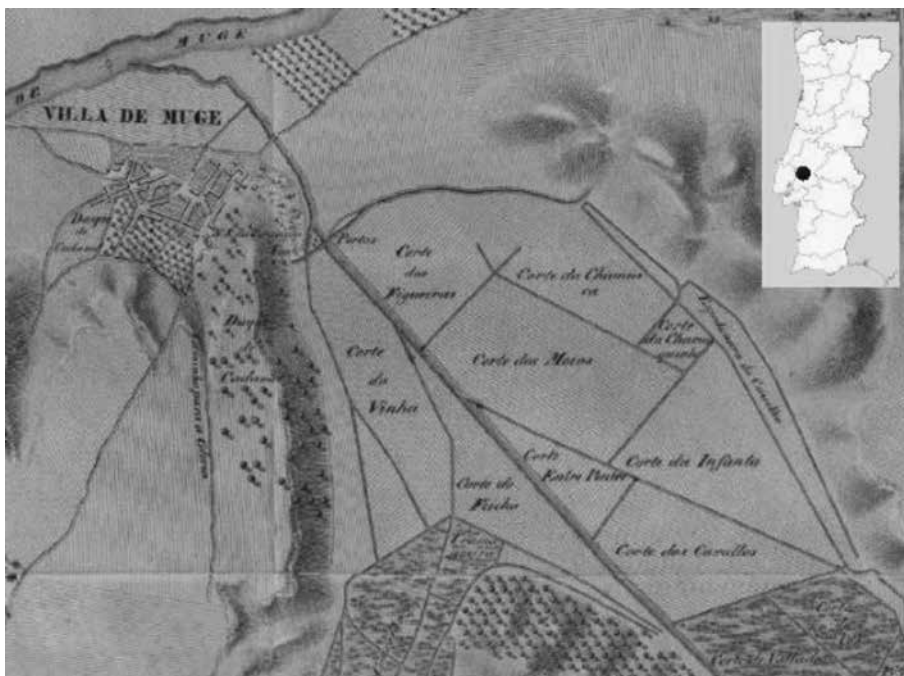
²⁹ DETRY (C.), *et al.*, 2011.

³⁰ Sobre esta unidade de medida de superfície veja-se VIANA (M.), 1999.

rendiam anualmente 60 moios de pão meado, e em troca, recebia a dita quinta. O mosteiro de Alcobaça manteve, contudo, a posse da nova igreja e o respetivo direito de padroado, que lhe tinha sido concedido em 1298 pelo bispo de Lisboa, João Martins de Soalhães³¹.

Figura 3

Muge numa planta oitocentista publicada por GUERRA (M.), 1861



Poucos anos após o escambo, em 1304³², D. Dinis concedeu foral aos povoadores da “pobra de Muia”, onde assume a construção de várias pontes, sendo de pedra a que permitiria passar sobre a aberta de Muge e de madeira outras sobre abertas existentes ou a construir, e lhes concede um porto «inteiro» e barca no Tejo para transportar os lava-

³¹ Cf. VIANA (M.), 2007, pp. 32-38.

³² ANTT, *Chr. D. Dinis*, liv. 3, fl. 34v.

dores entre os campos de Valada e de Caçarabotão. Nos anos seguintes deduzimos que o tráfego fluvial na área era intenso e explorado pelo concelho de Muge, com a barca da ligação Muge - campo de Valada (Porto de Muge), e pelo rei, com as barcas das ligações Salvaterra - Valada e Salvaterra - Azambuja³³.

Salienta-se, portanto, claramente a intenção de desenvolver as comunicações fluviais, como se mostrou acima, e também terrestres, apoiando Coruche, pólo inter-regional dos itinerários entre Santarém, Montemor-o-Novo e Évora. Como se diz numa carta régia de 1370 “Muja foe fecto no dicto logo [...] pera pobramento da terra e pera aue-rem mantijmento [...] os que per hi fossem e viesem e per se priuarem mortos e roubos e outros malles que se na dicta comarca faziam”³⁴. A presença régia no paço aí referenciado desde 1307 reforçou sem dúvida aquela intenção³⁵.

Conclusões

Saliento três conclusões principais. Em primeiro lugar, que durante a vigência da ACM se consolida o domínio de Lisboa, nomeadamente em termos da tendência para contrariar a vocação original de domínio de Santarém sobre o eixo funcional do Tejo, e de se tornar na principal posição produtora de atlanticidade do povoamento, no que toca ao litoral português. Em segundo lugar, que as obras de hidráulica agrícola e as transformações geomorfológicas que ao longo do século XIII vão caracterizar o baixo Tejo precisam de um enquadramento climático para poderem ser melhor explicadas³⁶. E em terceiro lugar que a evolução do povoamento na planície aluvial do Tejo se pode sintetizar, na fase final da ACM, pela reativação de antigos pontos de povoamento de origem

³³ Cf. VIANA (M.), 2007, pp. 32-38.

³⁴ NEVES (C.), 1980-1993, vol. 1, nº 121.

³⁵ ANTT, *Inqs. D. Dimis*, liv. 10, fl. 20v. (Pedro Martins, morador nos paços do rei em Muge – 1307).

³⁶ O contributo da história ambiental para a compreensão dos processos de povoamento e de organização do espaço tem sido sobejamente realçado por múltiplos autores. Bons panoramas da produção desenvolvida e a desenvolver colhem-se por exemplo em BOISSELLIER (S.), 2011, 2013.

romana (caso de Muge, 1304) ou mesmo pré-romana (caso de Magos, 1295), e pela ativação de novos pontos (caso de Valada, 1331).

Magos e Muge surgem deste modo como novos núcleos municipais de povoamento, talhados no todo ou em parte no alfoz escalabitano, mas essencialmente relacionados com o aumento da importância do baixo Tejo, que as disputas entre o rei e os concelhos de Lisboa e de Santarém pela posse e controlo das lezírias também ilustram³⁷.

³⁷ Conforme documentado n' *O livro das lezírias d'el rei dom Dinis*, um "cartulário entre livros de registo" como judiciosamente sublinha o seu editor, cuja produção situa entre 1305 e 1315.

Referências

Documentação manuscrita e impressa

ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, livros 2 e 3.

ANTT, *Colegiada de São Salvador de Santarém*, mç. 3, n° 138.

ANTT, *Gavetas*, 12-9-17.

ANTT, *Mosteiro de Alcobaça*, 1ª inc., mçs. 11, n° 19, 12, n° 38, 15, n° 1, 17, n° 39, 23, n° 31.

ANTT, *Mosteiro de Santa Clara de Santarém*, mçs. 1, n° 13, 2, ns. 63 e 71, 3, ns. 82 e 113.

ANTT, *Ordem de Avis*, mç. 2, n° 116.

ANTT, *Inquirições de D. Dinis*, liv. 10.

AZEVEDO, Pedro de

1897: “O trovador Martim Soares e seu filho João Martins”, *Revista Lusitana*, Lisboa, 5, pp. 114-136.

AZEVEDO, Rui Pinto de, COSTA, Avelino de Jesus da, e PEREIRA, Marcelino Rodrigues

1979: *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, Coimbra, Centro de História da Universidade de Coimbra.

HERCULANO, Alexandre

1856-1868: *Portugaliae Monumenta Historica. Leges et consuetudines*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 2 vols.

MARREIROS, Rosa

2012: *Chancelaria de D. Dinis. Livro II*, Coimbra, Palimage.

NEVES, Carlos Manuel Leitão Baeta

1980-1993: *História florestal, aquícola e cinegética. Colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelarias reais*, Lisboa, [Ministério da Agricultura e Pescas], 6 vols.

NOGUEIRA, Bernardo de Sá

2003: *O livro das lezírias d’el rei dom Dinis*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa.

Estudos

ANTUNES, M. T.

- 1989: “*Castor fiber* na gruta do Caldeirão. Existência, distribuição e extinção do castor em Portugal”, *Ciências da Terra*, Lisboa, 10, pp. 23-40.

AZEVEDO, Rui Pinto de

- 1926: *Benavente. Estudo histórico-descritivo*, Lisboa.

BLANCO-GONZÁLEZ, Antonio, *et al.*

- 2015: “Medieval landscapes in the Spanish Central System (450–1350): a palaeoenvironmental and historical perspective”, *Journal of Medieval Iberian Studies*, 7-1, pp. 1-17.

BOISSELLIER, Stéphane

- 1999: *Naissance d’une identité portugaise. La vie rurale entre Tage et Guadiana de l’Islam à la Reconquête (Xe-XIVe siècles)*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

- 2011: “Histoire et nature: quand les historiens recherchent le paléo-environnement à travers des traces culturelles. Conclusion ouverte”, in *Histoire et nature. Pour une histoire écologique des sociétés méditerranéennes (Antiquité et Moyen Âge)*, ed. François Clément, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, pp. 303-310.

- 2013: “Ambiente e sociedade medieval portuguesas, historiografia e pistas de reflexão”, in *Abordagens à história rural continental e insular portuguesa, séculos XIII-XVIII*, ed. Rute Dias Gregório, Ponta Delgada, Centro de História de Além-Mar, pp. 25-43.

BOLENS, Lucie

- 1978: “La révolution agricole andalouse du XIe siècle”, in *L’Andalousie du quotidien au sacré (XIe-XIIIe siècles)*, Londres, Variorum, 1990, II.

DETRY, Cleia, *et al.*

- 2011: “The Emirate of Córdoba (756-929 AD) and the introduction of the Egyptian mongoose (*Herpestes ichneumon*) in Iberia: the remains from Muge, Portugal”, *Journal of Archaeological Science*, 38, pp. 3518-3523.

DOZY, R.

1895: *O cerco de Santarém (1184) segundo os documentos árabes*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

DRAKE, Brandon L., *et al.*

2012: “The use of radiocarbon-derived ^{13}C as a paleoclimate indicator: applications in the Lower Alentejo of Portugal”, *Journal of Archaeological Science*, 39, pp. 2888-2896.

Foral de Salvaterra de Magos, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, 1992.

GASPAR, Jorge

1970: “Os portos fluviais do Tejo”, *Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia*, Lisboa, 5, pp. 153-199.

HIGOUNET, Charles

1992: “Les noms des villes neuves”, in *Villes, sociétés et économies médiévales. Recueil d'articles de Charles Higounet*, Bordeaux, Fédération Historique du Sud-Ouest - Institut d' Histoire - Université de Bordeaux III, pp. 111-119.

MANTAS, Vasco Gil

1996: *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2 vols.

MIGNANO, Christopher J.

s. d.: “The Medieval Climate Anomaly: a myth debunked”.

MORENO, Ana, *et al.*

2012: “The Medieval Climate Anomaly in the Iberian Peninsula reconstructed from marine and lake records”, *Quaternary Science Reviews*, 43, pp. 16-32.

PICARD, Christophe

1997: *L'océan Atlantique musulman. De la conquête arabe à l'époque almohade. Navigation et mise en valeur des côtes d'al-Andalus et du Maghreb occidental (Portugal-Espagne-Maroc)*, Paris, Maisonneuve et Larose - Éditions Unesco.

PIGGOTT, Stuart

1981: *A Europa antiga. Do início da agricultura à Antiguidade Clássica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

PIMENTA, João, e MENDES, Henrique

2008: “Descoberta do povoado pré-romano de Porto do Sabugueiro (Muge)”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 11-2, pp. 171–194.

PIMENTA, João), *et al.*

2014: “Do pré-romano ao Império: a ocupação humana do Porto de Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos)”, *Magos. Revista Cultural do Concelho de Salvaterra de Magos*, 1, pp. 39-57.

PINA, Isabel Castro

1998: *A encosta ocidental da serra da Estrela. Um espaço rural na Idade Média*, Cascais, Patrimonia.

VALERO-GARCÉS, Blas L., *et al.*

2006: “Human impact since medieval times and recent ecological restoration in a Mediterranean lake: the Laguna Zoñar, southern Spain”, *Journal of Paleolimnology*, 35, pp. 441–465.

VIANA, Mário

2007: *Espaço e povoamento numa vila portuguesa (Santarém, 1147-1350)*, Lisboa, Caleidoscópio – Centro de História da Universidade de Lisboa.